

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	16
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	17
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	18
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	19
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	19
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	20
12. ATIVOS DE CONTRATO	22
13. INTANGÍVEL.....	23
14. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	24
15. FORNECEDORES	26
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	26
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	27
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	29
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	30
20. PROVISÕES	31
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	37
22. RECEITA	38
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	39
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	41
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	41
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	44
27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	52
28. EVENTOS SUBSEQUENTES	52
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	53
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR.....	63

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	292.589	234.346
Títulos e valores mobiliários	5	858.177	109.960
Consumidores e revendedores	6	3.000.659	3.021.551
Concessionários - transporte de energia	6	248.294	242.229
Tributos compensáveis	7	33.445	29.101
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	121.896	235.745
Estoques		27.924	31.408
Contribuição de iluminação pública		173.728	164.971
Reembolso subsídios tarifários	10	93.673	93.673
Subvenção baixa renda		29.647	29.582
Ativos financeiros e setoriais da concessão	11	694.783	640.161
Outros		104.332	174.431
Total do circulante		5.679.147	5.007.158
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	68.801	305
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8b	1.757.873	1.741.544
Tributos compensáveis	7	5.178.572	5.141.553
Depósitos vinculados a litígios	9	562.419	1.766.042
Consumidores e revendedores	6	711	711
Concessionários - transporte de energia	6	70.317	70.412
Outros créditos		36.874	37.562
Ativos financeiros e setoriais da concessão	11	552.776	701.164
Ativos de contrato	12	704.016	740.044
Intangíveis	13	9.058.360	8.938.620
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	14	199.909	212.948
Total do não circulante		18.190.628	19.350.905
Ativo total		23.869.775	24.358.063

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	14.133	16.548
Debêntures	17	983.021	886.401
Fornecedores	15	1.298.051	1.534.689
Impostos, taxas e contribuições	16	227.306	192.731
Salários e encargos sociais		121.395	130.861
Encargos regulatórios	18	273.145	283.361
Participação dos empregados e administradores no resultado		132.196	150.970
Obrigações pós-emprego	19	203.161	201.241
Contribuição de iluminação pública		247.968	251.809
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	21	822.183	822.183
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	14	61.386	64.034
Outros		232.372	176.492
Total do circulante		4.616.317	4.711.320
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	28.914	27.353
Debêntures	17	4.227.140	4.864.620
Provisões	20	1.210.196	1.221.151
Obrigações pós-emprego	19	4.377.491	4.359.058
Impostos, taxas e contribuições	16	436	436
Encargos regulatórios	18	122.541	101.968
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	16	4.217.114	4.193.329
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	14	147.956	157.160
Outros		16.873	13.460
Total do não circulante		14.348.661	14.938.535
Total do passivo		18.964.978	19.649.855
Patrimônio líquido			
Capital social	21	5.371.998	5.371.998
Reservas de lucros		1.329.789	1.329.789
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.993.579)	(1.993.579)
Lucros acumulados		196.589	-
Total do patrimônio líquido		4.904.797	4.708.208
Total do passivo e do patrimônio líquido		23.869.775	24.358.063

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Receita	22	3.777.379	3.550.422
Custos operacionais	23		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.919.179)	(1.828.301)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(372.581)	(338.942)
		(2.291.760)	(2.167.243)
Custos			
Pessoal e administradores		(160.188)	(181.192)
Materiais		(8.398)	(7.868)
Serviços de terceiros		(208.644)	(196.514)
Amortização		(136.180)	(132.818)
Provisões operacionais, líquidas	23d	(29.603)	3.506
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(248.407)	(160.201)
Outros		(8.381)	(842)
		(799.801)	(675.929)
Custo total		(3.091.561)	(2.843.172)
Lucro bruto		685.818	707.250
Despesa operacional	23		
Despesas com vendas		(96.145)	(62.642)
Despesas gerais e administrativas		(135.316)	(153.508)
Outras despesas operacionais, líquidas		(122.723)	(147.173)
		(354.184)	(363.323)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		331.634	343.927
Receitas financeiras	24	128.024	119.282
Despesas financeiras	24	(162.440)	(173.856)
Resultado antes dos impostos		297.218	289.353
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(116.958)	(77.417)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	16.329	(23.582)
Lucro líquido do período		196.589	188.354
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	21	0,0833	0,0798

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais)**

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Lucro líquido do período	196.589	188.354
Resultado abrangente do período	196.589	188.354

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.771.998	2.600.000	545.856	(1.275.496)	-	4.642.358
Lucro líquido do período	-	-	-	-	188.354	188.354
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	188.354	188.354
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019	2.771.998	2.600.000	545.856	(1.275.496)	188.354	4.830.712
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	5.371.998	-	1.329.789	(1.993.579)	-	4.708.208
Lucro líquido do período	-	-	-	-	196.589	196.589
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	196.589	196.589
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020	5.371.998	-	1.329.789	(1.993.579)	196.589	4.904.797

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		196.589	188.354
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Obrigações pós-emprego	19	83.760	79.325
Amortização	13b e 14	163.082	161.965
Provisões operacionais	23c	125.748	59.136
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	11a e 13b	2.521	3.469
Juros e variações monetárias		123.147	115.767
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	11a	(724)	(6.040)
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	17	507	4.017
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	22	54.602	(120.350)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	(16.329)	23.582
		<u>732.903</u>	<u>509.225</u>
(Aumento) redução de Ativos			
Consumidores e revendedores		(75.253)	(43.729)
Concessionários - transporte de energia		(5.970)	(6.471)
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	11b	62.771	74.534
Tributos compensáveis		(17.578)	8.228
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(3.109)	(4.464)
Depósitos vinculados a litígios		1.212.775	3.936
Contribuição de iluminação pública		(8.757)	(12.056)
Reembolso subsídios tarifários		-	(82.470)
Subvenção baixa renda		(65)	(11.314)
Outros		74.271	61.759
		<u>1.239.085</u>	<u>(12.047)</u>
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(270.647)	343.385
Impostos, taxas e contribuições		35.254	(93.215)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		116.958	77.417
Salários e encargos sociais		(9.466)	(3.854)
Contribuição de iluminação pública		(3.841)	(43.357)
Encargos regulatórios		10.357	(45.999)
Obrigações pós-emprego	19	(63.407)	(56.446)
Provisões	20	(40.558)	(34.715)
Participação dos empregados e administradores no resultado		(18.774)	46.261
Outros		54.622	(62.148)
		<u>(189.502)</u>	<u>127.329</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.782.486	624.507
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	17	(124.650)	(187.495)
Juros de arrendamento pagos	14	(233)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(55.959)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.657.603	381.053
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em Títulos e Valores Mobiliários - aplicação financeira		(816.713)	205.282
No intangível	13	(3.039)	(5.865)
No ativo de contrato	12	(229.121)	(143.721)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.048.873)	55.696
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de arrendamento	14	(16.805)	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(533.682)	(511.349)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(550.487)	(511.349)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	234.346	451.304
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	4	292.589	376.704

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais)

	Jan a Mar/2020		Jan a Mar/2019	
Receitas				
Venda de energia e serviços	5.994.009		5.942.080	
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	248.407		160.201	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	724		6.040	
Outras receitas	-		1.599	
Ajuste para perdas em créditos de liquidação duvidosa	(96.145)		(62.642)	
	<u>6.146.995</u>		<u>6.047.278</u>	
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(2.083.539)		(2.002.607)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(410.558)		(373.490)	
Serviços de terceiros	(338.735)		(303.872)	
Materiais	(139.559)		(84.041)	
Outros custos operacionais	(77.190)		(40.331)	
	<u>(3.049.581)</u>		<u>(2.804.341)</u>	
Valor adicionado bruto	3.097.414		3.242.937	
Retenções				
Amortização	(163.082)		(161.965)	
Valor adicionado líquido	2.934.332		3.080.972	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	128.024		119.282	
Valor adicionado a distribuir	3.062.356		3.200.254	
Distribuição do valor adicionado		%		%
Empregados	288.028	9,41	342.571	10,70
Remuneração direta	176.745	5,77	234.923	7,34
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	99.785	3,26	93.435	2,92
FGTS	11.498	0,38	14.213	0,44
Impostos, taxas e contribuições	2.397.386	78,29	2.484.295	77,63
Federais	1.003.355	32,76	1.126.449	35,20
Estaduais	1.390.487	45,41	1.354.544	42,33
Municipais	3.544	0,12	3.302	0,10
Remuneração de capitais de terceiros	180.353	5,88	185.034	5,78
Juros	178.687	5,83	184.471	5,76
Aluguéis	1.666	0,05	563	0,02
Remuneração de capital próprio	196.589	6,42	188.354	5,89
Lucros retidos	196.589	6,42	188.354	5,89
	<u>3.062.356</u>	<u>100,00</u>	<u>3.200.254</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.565.258 consumidores em 31 de março de 2020 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.1. COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, essencialmente no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais, mas o crescimento da recessão econômica parece inevitável e seus efeitos ainda não são mensuráveis.

Medidas governamentais destinadas ao setor elétrico

Foram implementadas diversas medidas governamentais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento da crise, sendo que destacamos:

- edição, em 8 de abril de 2020, da Medida Provisória nº 950/2020, que prevê desconto de 100% no cálculo da Tarifa Social de Energia Elétrica, no período de 1º de abril a 30 de junho de 2020, para os consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda, com parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 kWh/mês. A medida também autoriza a União a destinar recursos para a CDE, limitado a R\$900 milhões, para cobertura dos descontos tarifários criados;
- ampliação de 15% para 30% do limite referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras, em todos os processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, visando facilitar as reduções contratuais;
- liberação pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em abril de 2020, em atendimento ao Despacho Aneel nº 986/2020, de recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, sendo a parcela da Cemig Distribuição de R\$122 milhões;
- implementação de medidas visando manter o serviço público de distribuição de energia, por meio da Resolução Aneel 878/2020, de 24 de março de 2020, incluindo a vedação ao corte de energia devido à inadimplência, por 90 dias, para algumas classes de consumidores (residenciais), priorização dos atendimentos de urgência e emergência, bem como do fornecimento de energia aos serviços e atividades considerados essenciais, elaboração de plano de contingência específico de atendimento de unidades médicas e hospitalares, entre outras;

- Estão sendo discutidas no ambiente regulatório outras medidas de apoio ao setor elétrico, principalmente destinadas ao provimento de recursos às distribuidoras de energia elétrica, compensando no curto prazo a redução na liquidez em função da queda na receita e arrecadação.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões e na atuação sobre os impactos gerados, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas. Adicionalmente, o atendimento presencial nas agências foi suspenso temporariamente.

Os canais virtuais de comunicação com os consumidores foram mantidos, assim como os atendimentos essenciais nos endereços de consumo, garantindo o fornecimento de energia adequado.

A Companhia também adotou as seguintes medidas, visando contribuir com a sociedade, sempre em processo de reavaliação:

- Flexibilização do fluxo de pagamentos das contas de clientes de baixa renda, cadastrados como tarifa social, que poderão parcelar as suas faturas em até seis vezes, sem juros e multas;
- Parcelamento dos valores não arrecadados, faturados a hospitais públicos, filantrópicos e unidades de pronto atendimento sem a incidência de multas e juros;
- Parcelamento de débitos em até seis vezes sem juros para microempresas dos setores afetados pela crise;

- Instituição de um programa junto aos seus consumidores que consiste na doação a hospitais públicos de diversas regiões de Minas Gerais, para compra de respiradores e outros equipamentos, além de doação direta, cujos valores já compromissados atingem R\$10 milhões.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia tem sido diligente no sentido de proteger a sua liquidez, implementando as seguintes medidas, entre outras:

- revisão de seu programa de investimentos e de despesas;
- pagamento de dividendos mínimos aos acionistas, bem como concentração da maior parte do pagamento ao final de 2020;
- negociação de volumes e prazos de seus contratos com seus consumidores livres;
- Diferimento dos recolhimentos de tributos e encargos trabalhistas, conforme autorização legal.

Impacto nas demonstrações financeiras

Considerando a severidade das restrições aos negócios e à interação social durante a pandemia, combinada aos movimentos das taxas de juros e câmbio, a Companhia estima que os resultados da retração econômica impactarão negativamente a sua posição patrimonial, sendo ainda de difícil estimativa os efeitos sobre a sua situação patrimonial e resultados.

Nesse cenário, a intervenção nas políticas de mercado e as iniciativas para reduzir a transmissão do Covid-19 levaram à redução no consumo de energia elétrica. A carga do Sistema Interligado Nacional apresentou uma redução de aproximadamente 18,3% a partir da segunda quinzena de março de 2020. Essa redução impacta a receita com fornecimento de energia da Companhia, além de aumentar as expectativas de inadimplência dos consumidores.

Em 31 de março de 2020, a partir da observação dos primeiros efeitos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, identificando o seguinte efeito:

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia está avaliando as circunstâncias da pandemia Covid-19 e as medidas tomadas para reduzir o seu impacto sistemático. De acordo com a Resolução 878/2020, a Aneel implementou algumas medidas na tentativa de manter o serviço público de distribuição de energia, incluindo a vedação ao corte de energia devido à inadimplência para algumas classes de consumidores. Essas medidas podem aumentar a inadimplência, causando pressão sobre o fluxo de caixa, mas não é possível mensurar precisamente os seus efeitos até o momento, que podem ser mitigados pelas possíveis intervenções do governo federal com o intuito de suportar as distribuidoras de energia;
- A Companhia efetuou também uma avaliação na tentativa de identificar o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que neste momento, devido a alta volatilidade do mercado, não é possível concluir se as taxas atuais refletem uma alteração nos fundamentos macroeconômicos que indicassem a necessidade de recálculo do passivo atuarial para as informações contábeis intermediárias;
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas informações contábeis intermediárias foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. A Companhia estima que os efeitos da pandemia poderão afetar temporariamente a sua situação patrimonial em 2020, porém, não se espera impactos significativos no longo prazo. Com base nas projeções de mercado e nos efeitos mensuráveis da crise, a Companhia observou os seguintes movimentos durante o exercício de 2020:

- A Companhia espera que o retorno das atividades econômicas após o período agudo da pandemia reestabelecerá o comportamento da arrecadação, que apresentou redução em abril de 2020. Adicionalmente, as negociações para permitir a recuperação dos créditos em atraso e as possíveis medidas da Agência reguladora para reequilíbrio econômico, que já estão sendo objeto de discussões no setor, poderão mitigar os efeitos negativos da crise econômica sobre a arrecadação.
- A redução no mercado de clientes cativos na Cemig D foi de aproximadamente 11%, medidos até os primeiros dias do mês de maio de 2020. O efeito dessa redução temporária do mercado no fluxo de caixa da Companhia pode ser mitigada pelas possíveis ações do Governo Federal com o intuito de suportar as distribuidoras de energia. Além disso, a Companhia espera que a recuperação do mercado se dará à medida da flexibilização das condições de isolamento social, que se está verificando em diversas cidades de Minas Gerais e do país.

- A Administração da Companhia também efetuou a revisão do valor justo de ativos e passivos financeiros para refletir as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos são apresentados na nota explicativa 26.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pela Administração em 19 de março de 2020.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de maio de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão dessas informações contábeis intermediárias.

2.2. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras e as informações contábeis intermediárias.

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2019	31/03/2020	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
4	3	Informação por segmentos operacionais
5	4	Caixa e equivalentes de caixa
6	5	Títulos e valores mobiliários
7	6	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
8	7	Tributos compensáveis
10	8	Imposto de renda e contribuição social
11	9	Depósitos vinculados a litígios
12	10	Reembolso subsídios tarifários
13	11	Ativos e passivos financeiros e setoriais da concessão
14	12	Ativos de contrato
15	13	Intangível
16	14	Operações de arrendamento mercantil
17	15	Fornecedores
18	16	Impostos, taxas e contribuições e valores a restituir a consumidores
19	17	Empréstimos, financiamentos e debêntures
20	18	Encargos regulatórios
21	19	Obrigações pós-emprego
22	20	Provisões
23	21	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
24	22	Receita
25	23	Custos e despesas operacionais
26	24	Receitas e despesas financeiras
27	25	Transações com partes relacionadas
28	26	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
32	27	Transações não envolvendo caixa
33	28	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações aplicáveis ao contexto destas informações, são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
3	Das concessões
9	Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS - Ação judicial com trânsito em julgado
29	Seguros
30	Obrigações contratuais
31	Reajuste tarifário anual

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2020	31/12/2019
Contas bancárias	49.861	192.772
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (1)	108.318	36.198
Overnight (2)	134.410	5.376
	242.728	41.574
	292.589	234.346

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 70% a 104% em 31 de março de 2020 (70% a 104% em 31 de dezembro de 2019), conforme operação.
- (2) As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 3,64% a.a. em 31 de março de 2020 (4,39% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/03/2020	31/12/2019
Certificados de Depósitos Bancários	-	221
Letras Financeiras (LF) - Bancos (1)	795.731	95.204
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (2)	119.095	13.900
Debêntures (3)	11.944	732
Outros	208	208
	926.978	110.265
Ativo circulante	858.177	109.960
Ativo não circulante	68.801	305

- (1) As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 102 a 124% do CDI em 31 de março de 2020 (101,95% a 113% do CDI em 31 de dezembro de 2019).
- (2) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- (3) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 106,75% a 113% do CDI em 31 de março de 2020 (108,25% a 113% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na nota explicativa nº 26. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 25.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	31/03/2020	31/12/2019
Residencial	707.300	273.687	467.151	141.531	80.057	1.669.726	1.628.954
Industrial	50.643	54.792	38.393	15.332	138.746	297.906	307.379
Comércio, serviços e outras	350.536	156.898	133.999	52.890	105.496	799.819	816.583
Rural	136.163	54.870	73.174	52.488	20.486	337.181	356.303
Poder público	55.549	28.835	30.841	102.405	216.363	433.993	422.034
Iluminação pública	8.900	23.443	1.266	919	263	34.791	34.662
Serviço público	72.124	27.480	5.913	8.328	21.134	134.979	133.077
Subtotal - consumidores	1.381.215	620.005	750.737	373.893	582.545	3.708.395	3.698.992
Concessionários - transporte de energia	77.187	195.640	16.235	7.718	76.618	373.398	367.429
Suprimento - energia de curto prazo	17.287	-	-	-	-	17.287	-
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(152.148)	(9.259)	(13.352)	(6.342)	(597.998)	(779.099)	(731.518)
	1.323.541	806.386	753.620	375.269	61.165	3.319.981	3.334.903
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						3.000.659	3.021.551
Concessionários - transporte de energia						248.294	242.229
Ativo não circulante							
Consumidores e revendedores						711	711
Concessionários - transporte de energia						70.317	70.412

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 26 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 25.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2020	31/12/2019
Residencial	132.341	127.747
Industrial	140.140	132.663
Comércio, serviços e outras	161.706	153.819
Rural	28.651	30.248
Poder público	227.384	200.302
Iluminação pública	1.247	1.123
Serviço público	32.843	30.829
Concessionários - transporte de energia	54.787	54.787
	779.099	731.518

A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	697.089
Constituições, líquidas	62.642
Baixas	(38.454)
Saldo em 31 de março de 2019	721.277
Saldo em 31 de dezembro de 2019	731.518
Constituições, líquidas	96.145
Baixas	(48.564)
Saldo em 31 de março de 2020	779.099

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	31/03/2020	31/12/2019
Circulante		
ICMS a recuperar	30.057	25.743
Cofins	1.728	1.713
PIS/Pasep	1.312	1.301
Outros	348	344
	33.445	29.101
Não circulante		
ICMS a recuperar (2)	218.628	215.189
Cofins (1)	4.075.197	4.047.607
PIS/Pasep (1)	884.747	878.757
	5.178.572	5.141.553
	5.212.017	5.170.654

(1) Créditos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. Maiores detalhes abaixo.

(2) Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de a empresa excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Dessa forma, encontram-se registrados os créditos de PIS/Pasep e Cofins no ativo não circulante referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

A Companhia irá recuperar os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em favor da Companhia.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos deve ser objeto de restituição aos seus consumidores considerando um período máximo aplicável para cálculo de tal devolução de 10 anos. Sendo assim, a Companhia constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização, apresentado na nota explicativa nº 16. Os mecanismos e critérios de ressarcimentos deverão ser discutidos junto à Aneel, a partir da habilitação dos créditos da Companhia pela Receita Federal.

Os efeitos dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, incluindo sua atualização pela Selic, foram reconhecidos no resultado da Companhia em 2019. Esses créditos são atualizados pela Selic até a sua compensação, sendo o efeito líquido no resultado financeiro, em 31 de março de 2020, de R\$8.636, conforme nota explicativa nº 24.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da declaração do imposto de renda da pessoa jurídica - DIPJ que serão compensados com tributos federais a pagar a serem apurados.

	31/03/2020	31/12/2019
Circulante		
Imposto de renda	81.275	163.015
Contribuição social	40.621	72.730
	121.896	235.745

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	31/03/2020	31/12/2019
Ativos fiscais diferidos		
Obrigações pós-emprego	1.422.999	1.411.395
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	286.863	270.605
Provisão para redução a valor recuperável	18.299	18.299
Provisões para contingências	347.635	351.827
Taxa de administração	5.532	5.625
Participação de empregados e administradores no resultado	44.947	51.330
Outros	5.407	5.003
	2.131.682	2.114.084
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(200.502)	(202.548)
Encargos financeiros capitalizados	(169.977)	(166.478)
Custo de captação	(3.330)	(3.514)
	(373.809)	(372.540)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.757.873	1.741.544

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.334.421
Efeitos alocados ao resultado	(23.582)
Saldo em 31 de março de 2019	1.310.839
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.741.544
Efeitos alocados ao resultado	16.329
Saldo em 31 de março de 2020	1.757.873

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social (alíquotas de 25% e 9%, respectivamente) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Resultado antes dos impostos	297.218	289.353
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(101.054)	(98.380)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Incentivos fiscais	7.822	5.928
Contribuições e doações indedutíveis	(422)	(450)
Multas indedutíveis	(6.565)	(7.933)
Outros	(410)	(164)
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(100.629)	(100.999)
Alíquota efetiva	33,86%	34,91%
Corrente	(116.958)	(77.417)
Diferido	16.329	(23.582)

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	31/03/2020	31/12/2019
Trabalhista	256.211	280.542
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sob juros sobre capital próprio	11.165	11.105
PIS/Pasep e Cofins - exclusão do ICMS da base de cálculo (1)	-	1.181.808
IR/INSS indenização do anuênio (2)	202.950	202.042
Outros	35.350	34.113
	249.465	1.429.068
Outros		
Regulatório	20.416	20.326
Cível	6.940	6.725
Relações de consumo	4.620	4.412
Bloqueio judicial	5.977	6.502
Outros	18.790	18.467
	56.743	56.432
	562.419	1.766.042

(1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Maiores detalhes abaixo.

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 - Provisões (indenização do anuênio).

Levantamento de depósitos judiciais

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou o levantamento do depósito judicial referente à ação que questionava a incidência do PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante atualizado total de R\$1.186.402. Estes valores são referentes aos depósitos feitos de agosto de 2008 até agosto de 2011 e foram atualizados pela variação da Selic até a data do levantamento.

10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

Em 31 de março de 2020, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$281.019 (R\$247.410 em 31 de março de 2019). Deste valor, a Companhia tem a receber R\$93.673 (R\$93.673 em 31 de dezembro de 2019), reconhecidos no ativo circulante.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

	31/03/2020	31/12/2019
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	471.675	459.711
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	775.884	881.614
	1.247.559	1.341.325
Ativo circulante	694.783	640.161
Ativo não circulante	552.776	701.164

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia se enquadra nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a Aneel.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	395.743
Transferências de ativos de contrato (nota 12)	10.147
Baixas	(154)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	6.040
Saldo em 31 de março de 2019	411.776
Saldo em 31 de dezembro de 2019	459.711
Transferências de ativos de contrato (nota 12)	11.766
Transferências para o ativo intangível (nota 13)	(415)
Baixas	(111)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	724
Saldo em 31 de março de 2020	471.675

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Conforme estabelecido no Termo aditivo do contrato de concessão, existe a garantia de que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem os saldos desses ativos e passivos setoriais, devendo ser ressaltado que nas informações contábeis intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/03/2020			31/12/2019		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	526.057	2.707.640	3.233.697	1.286.413	2.144.280	3.430.693
Ativo circulante	526.057	2.168.524	2.694.581	1.286.413	1.269.049	2.555.462
Ativo não circulante	-	539.116	539.116	-	875.231	875.231
Passivo	(353.839)	(2.103.974)	(2.457.813)	(882.425)	(1.666.654)	(2.549.079)
Passivo circulante	(353.839)	(1.645.959)	(1.999.798)	(882.425)	(1.032.876)	(1.915.301)
Passivo não circulante	-	(458.015)	(458.015)	-	(633.778)	(633.778)
Total circulante líquido	172.218	522.565	694.783	403.988	236.173	640.161
Total não circulante líquido	-	81.101	81.101	-	241.453	241.453
Total líquido	172.218	603.666	775.884	403.988	477.626	881.614

COMPONENTES FINANCEIROS	31/03/2020			31/12/2019		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	46.860	79.945	126.805	118.775	29.398	148.173
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	(6.763)	175.899	169.136	(18.157)	113.801	95.644
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	3.616	21.494	25.110	8.691	16.069	24.760
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	4.188	(23.351)	(19.163)	10.542	(5.859)	4.683
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva - EER	(67.191)	(203.753)	(270.944)	(161.253)	(135.703)	(296.956)
Energia elétrica comprada para revenda	272.983	708.657	981.640	661.108	631.920	1.293.028
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	(33.487)	207.800	174.313	(83.718)	215.508	131.790
Neutralidade da parcela A	(11.879)	28.413	16.534	(29.697)	(11.915)	(41.612)
Outros itens financeiros	(28.088)	(300.136)	(328.224)	(70.219)	(206.481)	(276.700)
Bandeiras tarifárias	-	-	-	-	(102.976)	(102.976)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(8.021)	(91.302)	(99.323)	(32.084)	(66.136)	(98.220)
TOTAL	172.218	603.666	775.884	403.988	477.626	881.614

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender-se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, quando da publicação, pela Aneel, do Despacho que oficialize os valores em questão, não possuindo nenhuma expectativa de perdas em relação à realização desses valores. A Companhia reconhece esse direito, no montante de R\$219.047, como outros componentes financeiros a serem homologados.

Abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.080.693
Constituição líquida de ativos financeiros	167.230
Realização	(46.880)
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT	(74.534)
Atualização Selic	20.906
Saldo em 31 de março de 2019	1.147.415
Saldo em 31 de dezembro de 2019	881.614
Constituição líquida de ativos financeiros	182.365
Realização	(236.967)
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT	(62.771)
Atualização Selic	11.643
Saldo em 31 de março de 2020	775.884

Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias - CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a março de 2020, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$62.771 (R\$74.534 no período de janeiro a março de 2019) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

12. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15, Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de contrato de cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida da receita de construção da infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	518.162
Adições	153.482
Transferências para o ativo financeiro (nota 11)	(10.147)
Transferências para o ativo intangível (nota 13)	(127.807)
Saldo em 31 de março de 2019	533.690
Saldo em 31 de dezembro de 2019	740.044
Adições	245.458
Transferências para o ativo financeiro (nota 11)	(11.766)
Transferências para o ativo intangível (nota 13)	(269.720)
Saldo em 31 de março de 2020	704.016

Dentre as adições realizadas no primeiro trimestre de 2020, no montante de R\$245.458, está contemplado R\$16.337 (R\$9.761 no período de janeiro a março de 2019) a título de encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 17.

A Companhia não possui ativos de contrato com vida útil indefinida.

13. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão.

a) Composição do saldo

	31/03/2020			31/12/2019		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	21.191.027	(9.306.688)	11.884.339	20.901.165	(9.128.241)	11.772.924
(-) Obrigações especiais	(4.220.333)	1.316.303	(2.904.030)	(4.184.097)	1.275.409	(2.908.688)
Ativos da concessão líquidos	16.970.694	(7.990.385)	8.980.309	16.717.068	(7.852.832)	8.864.236
Intangível em curso	78.051	-	78.051	74.384	-	74.384
Total do intangível	17.048.745	(7.990.385)	9.058.360	16.791.452	(7.852.832)	8.938.620

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.890.070
Adições	6.719
Baixas	(3.315)
Transferência de ativos de contrato (nota 12)	127.807
Amortização	(148.849)
Saldo em 31 de março de 2019	8.872.432
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.938.620
Adições	2.949
Baixas	(2.410)
Transferência de ativos de contrato (nota 12)	269.720
Transferência de ativos financeiros (nota 11)	415
Amortização	(150.934)
Saldo em 31 de março de 2020	9.058.360

Dentre as adições realizadas no período de janeiro a março de 2020, no montante de R\$2.949, está contemplada uma reversão de R\$90 (constituição de R\$854 no período de janeiro a março de 2019) a título de encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 17.

14. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia avaliou os seus contratos e reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2020 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia, baseada nas suas dívidas contratadas e em cotações junto a instituições financeiras.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, que corresponde à mensuração inicial do passivo de arrendamento e amortizado em bases lineares até o término do prazo do contrato de arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	173.828	87.093	411	261.332
Amortização	(5.086)	(7.953)	(77)	(13.116)
Saldos em 31 de março de 2019	168.742	79.140	334	248.216
Saldos em 31 de dezembro de 2019	155.218	57.627	103	212.948
Baixa (contratos encerrados)	(546)	-	-	(546)
Amortização (1)	(4.129)	(8.287)	(77)	(12.493)
Saldos em 31 de março de 2020	150.543	49.340	26	199.909

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$345.

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1)	261.332
Juros incorridos	7.230
Pagamentos efetuados	(17.913)
Saldo em 31 de março de 2019	250.649
Saldo em 31 de dezembro de 2019	221.194
Baixas (contratos encerrados)	(552)
Juros incorridos (2)	5.738
Arrendamentos pagos	(16.805)
Juros sobre arrendamentos pagos	(233)
Saldo em 31 de março de 2020	209.342
Passivo circulante	61.386
Passivo não circulante	147.956

- (1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da adoção inicial foi de 7,96% a.a., 10,64% a.a. e 13,17% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 2 anos, entre 2 a 5 anos e acima de 5 anos. As taxas aplicadas para os contratos celebrados durante o ano de 2019 foram de 6,87% a.a., 7,33% a.a. e 8,08% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 3 anos, entre 3 a 4 anos e acima de 4 anos. Para determinação da taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou como referência cotações obtidas junto a instituições financeiras, sendo essa função do risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação.
- (2) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$334.

O direito potencial de PIS/Pasep e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado na tabela a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	533.502	209.342
PIS/Pasep e Cofins potencial	42.556	13.550

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2020	49.832
2021	47.589
2022	20.312
2023	20.263
2024	20.175
2025 a 2045	375.331
Valores não descontados	533.502
Juros embutidos	(324.160)
Passivo de arrendamentos	209.342

15. FORNECEDORES

	31/03/2020	31/12/2019
Energia de curto prazo - CCEE	108.898	389.220
Encargos de uso da rede elétrica (1)	149.522	149.887
Energia elétrica comprada para revenda	636.222	447.313
Itaipu binacional	136.632	242.766
Materiais e serviços	266.777	305.503
	1.298.051	1.534.689

- (1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	31/03/2020	31/12/2019
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	125.818	77.390
Cofins	57.400	68.253
PIS/Pasep	12.346	14.644
INSS	17.173	17.426
ISSQN	5.850	6.078
Outros	8.719	8.940
	227.306	192.731
Não circulante		
Cofins	375	375
PIS/Pasep	61	61
	436	436
	227.742	193.167
Valores a serem restituídos a consumidores		
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins (1)	4.217.114	4.193.329
	4.217.114	4.193.329

- (1) Valores a serem restituídos a consumidores relativos aos créditos de PIS/Pasep e Cofins levantados pela Companhia. Detalhes na nota explicativa nº 7 a.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores são referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da inclusão do ICMS à base de cálculo destas contribuições. Conforme nota explicativa nº 7 (a), a Companhia reconheceu, em 2019, o seu direito de compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic, em função do trânsito em julgado da ação ordinária movida, com decisão favorável à Companhia.

A Cemig D constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores, compreendendo o período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a receita financeira auferida sobre a atualização dos créditos.

A restituição aos consumidores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins ocorrerá a partir da efetiva compensação dos créditos fiscais, ainda pendentes de habilitação pela Receita Federal, e deverão ser objeto de discussão junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de ressarcimento.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	31/03/2020						31/12/2019
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	5.217	20.744	25.961	18.051
Dívida em moeda estrangeira				5.217	20.744	25.961	18.051
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	8.916	8.170	17.086	20.268
Grandes Consumidores (2)	2024	IGP-DI + 6,00%	R\$	-	-	-	5.582
Dívida em moeda nacional				8.916	8.170	17.086	25.850
Total de empréstimos e financiamentos				14.133	28.914	43.047	43.901
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	551.558	-	551.558	1.108.945
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	5.527	962.860	968.387	990.893
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (3)	2024	CDI + 0,454%	R\$	408.935	1.755.000	2.163.935	2.164.083
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (3)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	17.771	1.539.123	1.556.894	1.519.042
(-) Deságio na emissão de debêntures (4)				-	(20.784)	(20.784)	(21.606)
(-) Custos de transação				(770)	(9.059)	(9.829)	(10.336)
Total de debêntures				983.021	4.227.140	5.210.161	5.751.021
Total geral				997.154	4.256.054	5.253.208	5.794.922

- (1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$237.214, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$211.253. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;
- (2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%). Em 31/03/2020, o saldo desses aportes foi reclassificado para Outros Credores (Clientes);
- (3) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
- (4) Deságio na 7ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Moedas								
Dólar Norte-Americano	5.217	-	-	-	20.744	-	-	25.961
Total por moedas	5.217	-	-	-	20.744	-	-	25.961
Indexadores								
IPCA (1)	26.206	548.651	240.715	240.715	240.715	1.010.276	769.561	3.076.839
UFIR/RGR (2)	8.036	3.406	3.265	2.379	-	-	-	17.086
CDI (3)	273.935	540.000	540.000	540.000	270.000	-	-	2.163.935
Total por Indexadores	308.177	1.092.057	783.980	783.094	510.715	1.010.276	769.561	5.257.860
(-) Custos de transação	(348)	(944)	(833)	(833)	(485)	(3.261)	(3.125)	(9.829)
(-) Deságio	-	-	-	-	-	(10.392)	(10.392)	(20.784)
Total geral	313.046	1.091.113	783.147	782.261	530.974	996.623	756.044	5.253.208

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada no 1º trimestre de 2020 (%)	Variação acumulada no 1º trimestre de 2019 (%)	Indexador	Variação acumulada no 1º trimestre de 2020 (%)	Variação acumulada no 1º trimestre de 2019 (%)
Dólar Norte-Americano	28,98	0,57	IPCA	0,53	1,51
			CDI	1,02	1,51

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.263.408
Variação monetária	26.555
Variação cambial	133
Encargos financeiros provisionados	109.839
Amortização do custo de transação	4.017
Encargos financeiros pagos	(187.495)
Amortização de principal	(511.349)
Subtotal	5.705.108
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	7.174
Saldo em 31 de março de 2019	5.712.282
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.794.922
Variação monetária	50.392
Variação cambial	4.536
Encargos financeiros provisionados	65.854
Amortização do custo de transação	507
Encargos financeiros pagos	(124.650)
Amortização de empréstimos	(533.682)
Reclassificação de empréstimos para Outros Credores (1)	(4.671)
Saldo em 31 de março de 2020	5.253.208

- (1) Reclassificação dos empréstimos de Grandes Consumidores (CMM e Serra da Fortaleza).

Encargos financeiros capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	65.854	109.839
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato e intangível (1) (notas 15 e 16)	(16.247)	(10.615)
Efeito líquido no resultado	49.607	99.224

(1) A taxa média de capitalização foi de 6,88% a.a. em 2020 (7,31% a.a. em 2019).

Garantias

Em 31 de março de 2020, os empréstimos e financiamentos são garantidos da seguinte forma:

Aval e fiança	3.691.012
Receíveis	1.519.149
Ações	42.008
Sem garantia	1.039
TOTAL	5.253.208

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de Debêntures (1)	Dívida líquida / Ebitda ajustado	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 30/06/2020 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 em diante	Semestral e anual

(1) O título descrito acima possui exigibilidade de cumprimento da cláusula restritiva em conformidade aos índices requeridos até o seu vencimento, conforme demonstrado em quadro detalhado do início desta nota explicativa.

As cláusulas restritivas permanecem em conformidade em 31 de março de 2020.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2020	31/12/2019
Passivo		
Eficiência energética	264.486	254.595
Pesquisa e desenvolvimento	78.693	78.227
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	1.621	1.621
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	16	16
	395.686	385.329
Passivo circulante	273.145	283.361
Passivo não circulante	122.541	101.968

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	1.356.045	1.695.721	33.979	316.299	3.402.044
Despesa reconhecida no resultado	30.678	40.270	813	7.564	79.325
Contribuições pagas	(32.998)	(20.844)	(460)	(2.144)	(56.446)
Passivo líquido em 31 de março de 2019	1.353.725	1.715.147	34.332	321.719	3.424.923
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	1.845.105	2.245.400	42.817	426.977	4.560.299
Despesa reconhecida no resultado	31.918	42.758	836	8.248	83.760
Contribuições pagas	(37.946)	(23.022)	(656)	(1.783)	(63.407)
Passivo líquido em 31 de março de 2020	1.839.077	2.265.136	42.997	433.442	4.580.652
				31/03/2020	31/12/2019
Passivo circulante				203.161	201.241
Passivo não circulante				4.377.491	4.359.058

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$71.202 (R\$68.291 no primeiro trimestre de 2019), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$12.558 (R\$11.034 no primeiro trimestre de 2019).

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 31 de março de 2020, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$396.564 (R\$410.343 em 31 de dezembro de 2019). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de março de 2020, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência desses déficits é de R\$398.083 (R\$398.584 em 31 de dezembro de 2019). A celebração dos contratos ocorreu em maio de 2017, março de 2018 e abril de 2019 para os déficits de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$267.798, e até 2033 para o déficit de 2017, no valor de R\$130.285. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

20. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2019	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2020
Trabalhistas	382.915	32.837	(26.357)	(32.703)	356.692
Cíveis					
Relações de consumo	17.767	6.087	(13)	(5.903)	17.938
Outras ações cíveis	16.329	9.465	-	(1.906)	23.888
	34.096	15.552	(13)	(7.809)	41.826
Tributárias	774.348	7.431	-	(8)	781.771
Ambientais	2	3	-	-	5
Regulatórias	16.575	3	(492)	(3)	16.083
Outras	13.215	639	-	(35)	13.819
Total	1.221.151	56.465	(26.862)	(40.558)	1.210.196

	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2019
Trabalhistas	366.951	30.544	(34.722)	(30.543)	332.230
Cíveis					
Relações de consumo	17.945	2.959	(3.394)	(2.933)	14.577
Outras ações cíveis	28.084	1.121	(2.738)	(1.121)	25.346
	46.029	4.080	(6.132)	(4.054)	39.923
Tributárias	2.111	2	(180)	(2)	1.931
Ambientais	1.209	46	-	-	1.255
Regulatórias	16.990	57	(1.108)	(57)	15.882
Outras	6.599	3.907	-	(59)	10.447
Total	439.889	38.636	(42.142)	(34.715)	401.668

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários das informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.440.447 (R\$1.434.014 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$347.397 (R\$373.754 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R\$103.760 (R\$97.487 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$9.295 (R\$9.161 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, devido à avaliação pela Companhia dos efeitos da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), em abril de 2019, acerca do acórdão publicado pelo TST, nos processos classificados com probabilidade de perda provável que se encontram em fase de execução. Nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda do mérito como possível, em função da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$103.353 (R\$56.211 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$17.938 (R\$17.767 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$237.872 (R\$228.500 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$23.888 (R\$16.329 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$959.460 (R\$950.209 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$780.554 (R\$772.684 em dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável, em 31 de março de 2020, de recursos para liquidar estas discussões.

Demais ações tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$60.744 (R\$54.579 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$1.217 (R\$1.218 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$203.942 (R\$208.537 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$16.083 (R\$16.575 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$332.079 (R\$321.567 em 31 de dezembro de 2019) dos quais R\$4.131 (R\$4.002 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$390.571 (R\$381.826 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$9.693 (R\$9.215 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível

Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$202.950 (R\$202.042 em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica "Trabalhistas". O valor da contingência, atualizado, é de R\$208.477 (R\$207.067 em 31 de dezembro de 2019) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$94.366 (R\$93.571 em 31 de dezembro de 2019). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa aos temas questionados.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$42.420 (R\$41.944 em 31 de dezembro de 2019) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$312.014 (R\$305.571 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$31.179 (R\$30.015 em 31 de dezembro de 2019).

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$337.240 (R\$326.719 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$153.166 (R\$148.904 em 31 de dezembro de 2019) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de março de 2020, o capital social da Companhia é de R\$5.371.998 (R\$5.371.998 em 31 de dezembro de 2019), representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Lucro por ação

O lucro por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do período	196.589	188.354
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,0833	0,0798

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

Assembleia Geral Ordinária – AGO

A Companhia reapresentou ao mercado o seu calendário de eventos corporativos, em 31 de março de 2020, alterando a data de realização da Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), de 30 de abril de 2020 para 31 de julho de 2020, na qual será deliberada a proposta de destinação de resultados da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, divulgada nas demonstrações financeiras de 2019.

22. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	4.895.060	4.889.692
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	730.219	636.237
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros (c)	(54.602)	120.350
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	248.407	160.201
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	724	6.040
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(17.199)	(22.825)
Outras receitas operacionais (f)	440.531	318.626
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(2.465.761)	(2.557.899)
	3.777.379	3.550.422

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Residencial	2.785.000	2.743.798	2.559.056	2.458.439
Industrial	472.440	640.656	328.085	416.154
Comércio, serviços e outros	1.323.647	1.360.143	1.195.616	1.136.659
Rural	771.566	860.119	471.875	456.753
Poder público	217.006	223.700	157.868	153.592
Iluminação pública	339.494	351.964	152.776	150.845
Serviço público	335.474	339.111	178.663	167.496
Subtotal	6.244.627	6.519.491	5.043.939	4.939.938
Consumo próprio	9.406	9.983	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(148.879)	(50.246)
Total	6.254.033	6.529.474	4.895.060	4.889.692

(*) Valores em MWh não revisados pelos auditores independentes.

b) Receita de uso da rede - consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia está na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

c) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente, homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme descrito na nota explicativa nº 11 (b).

d) Receita de construção de infraestrutura de distribuição

Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura da concessão durante a fase de construção. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

f) Outras receitas operacionais

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Serviço taxado	3.755	4.356
Outras prestações de serviços	3.355	4.223
Subvenções (1)	330.575	287.277
Aluguel e arrendamento	39.440	29.329
Transações na CCEE (reversão)	63.300	(6.600)
Outras	106	41
	440.531	318.626

(1) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás.

g) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Impostos sobre a receita		
ICMS	1.390.035	1.353.948
PIS/Pasep	75.842	98.804
Cofins	349.336	455.097
ISSQN	172	146
	1.815.385	1.907.995
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	16.905	16.883
Conta de desenvolvimento energético - CDE	552.139	600.569
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	6.762	6.753
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	6.762	6.753
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	3.381	3.377
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	59.583	11.156
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	4.844	4.413
	650.376	649.904
	2.465.761	2.557.899

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Pessoal	215.679	247.659
Participação de empregados e administradores no resultado	16.401	46.261
Obrigações pós-emprego	71.202	68.291
Materiais	15.177	14.585
Serviços de terceiros (a)	252.181	239.462
Energia elétrica comprada para revenda (b)	1.919.179	1.828.301
Amortização (nota 13b)	150.934	148.849
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 14)	12.148	13.116
Provisões operacionais (c)	125.748	59.136
Encargos de uso da rede básica de transmissão	372.581	338.942
Custo de construção da infraestrutura de distribuição (d)	248.407	160.201
Outras despesas operacionais líquidas (e)	46.108	41.692
	3.445.745	3.206.495

a) Serviços de terceiros

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Leitura de medidores e entrega de contas	31.763	31.765
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	107.728	94.081
Comunicação	19.302	17.863
Conservação e limpeza de prédios	20.732	19.374
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	14.221	12.614
Corte e religação	11.229	17.546
Podas de árvores	9.028	8.252
Serviços advocatícios e custas processuais	3.487	3.470
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	1.018	669
Serviços de tecnologia da informação	9.015	6.549
Mão de obra contratada	1.553	1.917
Hospedagem e alimentação	2.264	2.175
Vigilância	2.636	2.152
Impressão de fatura de energia elétrica	287	278
Manutenção e conservação de veículos	567	478
Reprografia e publicações legais	4.285	4.215
Consultoria	959	379
Despesas com transporte - pessoa jurídica	407	892
Inspeção de unidades consumidoras	3.789	2.089
Serviços logísticos	980	-
Outros	6.931	12.704
	252.181	239.462

b) Energia elétrica comprada para revenda

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Energia de Itaipu binacional	427.812	333.156
Contratos por cotas de garantia física	200.234	178.931
Cotas das usinas de Angra I e II	75.742	67.293
Energia de curto prazo - CCEE	221.689	489.525
Contratos bilaterais	79.176	72.596
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	827.471	727.831
PROINFA	77.933	95.309
Geração distribuída	173.482	37.966
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(164.360)	(174.306)
	1.919.179	1.828.301

c) Provisões (reversões) operacionais

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 7) (1)	96.145	62.642
Provisão (reversão) para contingências (nota 20)		
Trabalhistas	6.480	(4.178)
Cíveis	15.539	(2.052)
Tributárias	7.431	(178)
Ambientais	3	46
Regulatórias	(489)	(1.051)
Outras	639	3.907
	29.603	(3.506)
	125.748	59.136

(1) Estes valores estão apresentados, na demonstração de resultado, como despesa operacional.

d) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Pessoal	15.720	11.450
Materiais	124.382	69.537
Serviços de terceiros	86.553	64.556
Encargos financeiros	16.247	10.615
Aquisição de móveis e instalações	117	179
Impostos e taxas	312	228
Outros	5.076	3.636
	248.407	160.201

e) Outras despesas operacionais líquidas

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Arrendamentos e aluguéis (1)	781	-
Propaganda e publicidade	972	1.372
Consumo próprio de energia elétrica	5.211	6.289
Subvenções e doações	1.560	1.991
Anuidade CCEE	801	866
Seguros	2.240	507
Forluz - custeio administrativo	5.326	4.894
Resultado na desativação e alienação de bens	6.493	5.600
Agentes arrecadadores	21.998	20.958
Impostos e taxas	3.835	3.752
Outras despesas	(3.109)	(4.537)
	46.108	41.692

(1) A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos seus custos totais. Sendo assim, nessa linha, permanecem os arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16/CPC 06.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	7.645	11.854
Acréscimos moratórios de contas de energia	90.026	80.820
Variações cambiais de Itaipu	-	3.650
Variações monetárias	1.041	1.432
Variação monetária depósitos judiciais	9.152	3.125
Variação monetária - CVA (nota 11b)	11.643	20.906
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(7.167)	(7.211)
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	8.636	-
Outras	7.048	4.706
	128.024	119.282
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 17)	(49.607)	(99.224)
Amortização do custo de transação (nota 17)	(507)	(4.017)
Encargos de variação monetária - Forluz	(12.558)	(11.034)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 17)	(4.536)	(133)
Variações cambiais de Itaipu	(34.009)	-
Variação monetária - financiamentos e debêntures (nota 17)	(50.392)	(26.555)
Variação monetária de P&D e PEE	(2.952)	(4.509)
Variação monetária de arrendamentos (nota 14)	(5.404)	(7.230)
Outras variações monetárias	(697)	(232)
Outras	(1.778)	(20.922)
	(162.440)	(173.856)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(34.416)	(54.574)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	364.704	345.929	-	-	39.507	38.821	-	-
Cemig								
Circulante								
Convênio de Cooperação (2)	-	-	4.393	7.234	-	-	(4.393)	(7.175)
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	-	-	725	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	822.183	822.183	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (2)	-	-	-	1.669	-	-	-	(1.861)
Operações com Energia Elétrica (3)	1.875	972	25.688	30.618	6.771	7.054	(69.412)	(63.016)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	7.979	7.620	9.872	9.640	(21.060)	(19.571)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	22.167	-	-	-	(49.072)	-
Ressarcimento de Energia Descontratada (4)	-	3.504	-	-	-	818	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	24.533	24.459	-	-	(54.310)	(51.320)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	927	924	-	-	(1.977)	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	5.889	7.268	-	-	(20.262)	(20.837)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de Serviço (5)	-	-	3.158	3.177	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	567	1.259	1.186	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	134.410	5.376	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	857.968	109.567	-	-	4.558	3.022	-	-
Não circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	68.801	269	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	106.616	104.928	-	-	(31.918)	(30.678)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria - Plano de Contribuição Definitiva (7)	-	-	-	-	-	-	(13.956)	(12.841)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(5.326)	(4.894)
Arrendamento Operacional (9)	131.752	135.147	21.140	24.396	-	-	(7.609)	(8.899)
Não circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	1.732.461	1.740.177	-	-	-	-
Arrendamento Operacional (9)	-	-	115.325	115.498	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	97.606	95.231	-	-	(43.594)	(41.083)
Não circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	2.210.527	2.192.986	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Em 31 de março de 2020 encontram-se 20 parcelas em aberto. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Do total da dívida do Governo do Estado de Minas Gerais, R\$216.593 estão provisionados na forma de PECLD;
- Convênio de cooperação técnica entre Cemig, Cemig D e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado, organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, as operações são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme previsto no art. 28, §3º, I, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016. Já as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, finalizado em janeiro de 2020;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 19);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até novembro de 2020 (Edifício Aureliano Chaves, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em novembro de 2019, a Cemig realizou a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves para a Forluz;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 19).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de março de 2020.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/03/2020	31/12/2019
				Cemig D 31,85% (1)	Cemig D 4,42% (1)
GASMIG	Nota Promissória	107,00% do CDI	25/09/2020	3.261	447
				3.261	447

(1) Percentual de participação da Cemig D no FIC Pampulha.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019
Remuneração	1.755	2.172
Participação nos resultados	416	155
Benefícios assistenciais	139	190
Total	2.310	2.517

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	31/03/2020		31/12/2019	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	2	251.110	251.110	14.147	14.147
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia	2	2.955.277	2.955.277	2.912.869	2.912.869
Consumidores - contas a receber do Estado de Minas Gerais	2	364.704	364.704	422.034	422.034
Fundos vinculados	2	843	843	1.196	1.196
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	775.884	775.884	881.614	881.614
Reembolso de subsídios tarifários	2	93.673	93.673	93.673	93.673
Subvenção baixa renda	2	29.647	29.647	29.582	29.582
Depósitos vinculados a litígios	2	562.419	562.419	1.766.042	1.766.042
Valores a receber de partes relacionadas - ressarcimento de energia descontratada	2	-	-	3.504	3.504
		5.033.557	5.033.557	6.124.661	6.124.661
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	242.728	242.728	41.574	41.574
Títulos e valores mobiliários					
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	119.094	119.094	13.900	13.900
Letras financeiras - bancos	2	556.662	556.662	82.203	82.203
Debêntures	2	112	112	15	15
		675.868	675.868	96.118	96.118
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	471.675	471.675	459.711	459.711
		1.390.271	1.390.271	597.403	597.403
		6.423.828	6.423.828	6.722.064	6.722.064
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(5.253.208)	(5.253.208)	(5.794.922)	(5.794.922)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(396.564)	(396.564)	(410.343)	(410.343)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(398.083)	(398.083)	(398.584)	(398.584)
Fornecedores	2	(1.298.051)	(1.298.051)	(1.534.689)	(1.534.689)
Arrendamento	2	(209.342)	(209.342)	(221.194)	(221.194)
		(7.555.248)	(7.555.248)	(8.359.732)	(8.359.732)

(1) Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 11 das informações contábeis intermediárias.

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 127,89% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,00%, CDI + 0,31% a CDI + 1,86%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos, fornecedores e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	31/03/2020		31/12/2019	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	(4.994)	(25.961)	(4.478)	(18.051)
Fornecedores - Itaipu binacional (nota 15)	(26.282)	(136.632)	(60.229)	(242.766)
Passivo líquido exposto	(31.276)	(162.593)	(64.707)	(260.817)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar em relação ao Real em 31 de março de 2021 será uma desvalorização de 0,94% (R\$5,15). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições cambiais	31/03/2020	31 de março de 2021		
	Valor contábil	Cenário dólar R\$5,15	Cenário dólar R\$6,44	Cenário dólar R\$7,73
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	(25.961)	(25.718)	(32.160)	(38.602)
Fornecedores - Itaipu binacional (nota 15)	(136.632)	(135.352)	(169.256)	(203.160)
Passivo líquido exposto	(162.593)	(161.070)	(201.416)	(241.762)
Efeito líquido da variação cambial		<u>1.523</u>	<u>(38.823)</u>	<u>(79.169)</u>

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais em 31 de março de 2020. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	31/03/2020	31/12/2019
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (nota 4)	242.728	41.574
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	926.978	110.265
CVA e outros componentes financeiros (nota 11)	775.884	881.614
Valores a receber de partes relacionadas - ressarcimento de energia descontratada (nota 25)	-	3.504
	<u>1.945.590</u>	<u>1.036.957</u>
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 17)	(2.163.935)	(2.164.083)
	<u>(2.163.935)</u>	<u>(2.164.083)</u>
Passivo líquido exposto	(218.345)	(1.127.126)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2021, a taxa Selic será de 1,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/03/2020	31 de março de 2021		
	Valor contábil	Cenário Selic 1,50%	Cenário Selic 1,88%	Cenário Selic 2,25%
Ativos				
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (nota 4)	242.728	246.369	247.291	248.189
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	926.978	940.883	944.405	947.835
CVA e outros componentes financeiros - Selic (nota 11)	775.884	787.522	790.471	793.341
	<u>1.945.590</u>	<u>1.974.774</u>	<u>1.982.167</u>	<u>1.989.365</u>
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 17)	(2.163.935)	(2.196.394)	(2.204.617)	(2.212.624)
	<u>(2.163.935)</u>	<u>(2.196.394)</u>	<u>(2.204.617)</u>	<u>(2.212.624)</u>
Passivo líquido exposto	(218.345)	(221.620)	(222.450)	(223.259)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		<u>(3.275)</u>	<u>(4.105)</u>	<u>(4.914)</u>

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de março de 2020, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	31/03/2020	31/12/2019
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*)	471.675	459.711
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M	364.704	422.034
	836.379	881.745
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (nota 17)	(3.076.839)	(3.618.880)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 19)	(396.564)	(410.343)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 19)	(398.083)	(398.584)
	(3.871.486)	(4.427.807)
Passivo líquido exposto	(3.035.107)	(3.546.062)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de março de 2021, o IPCA será de 1,70% e o IGPM de 3,09%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/03/2020	31 de março de 2021		
	Valor contábil	Cenário IPCA 1,70% IGPM 3,09%	Cenário IPCA 2,13% IGPM 3,86%	Cenário IPCA 2,55% IGPM 4,64%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à Infraestrutura - IPCA (*)	471.675	479.693	481.722	483.703
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M (nota 25)	364.704	375.973	378.782	381.626
	836.379	855.666	860.504	865.329
Passivos				
Empréstimos financiamentos e debêntures - IPCA (nota 17)	(3.076.839)	(3.129.145)	(3.142.376)	(3.155.298)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 19)	(396.564)	(403.306)	(405.011)	(406.676)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 19)	(398.083)	(404.850)	(406.562)	(408.234)
	(3.871.486)	(3.937.301)	(3.953.949)	(3.970.208)
Passivo líquido exposto	(3.035.107)	(3.081.635)	(3.093.445)	(3.104.879)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(46.528)	(58.338)	(69.772)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel.

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

A Companhia estima que os saldos de caixa, o fluxo de caixa das atividades operacionais e a captação de novos recursos e financiamentos sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.029	46.345	1.150.188	3.726.512	1.595.916	6.532.990
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	8.779	17.638	80.392	374.762	-	481.571
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	3.891	7.823	89.699	154.398	444.174	699.985
	26.699	71.806	1.320.279	4.255.672	2.040.090	7.714.546
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.250.707	46.276	1.068	-	-	1.298.051
	1.277.406	118.082	1.321.347	4.255.672	2.040.090	9.012.597

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negatificação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de 31 de março de 2020, considerado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$779.099.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma política de aplicação financeira que vigora desde 2004.

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna. Esta política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio líquido	Concentração	Limite por banco (% do PL) (1)
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 30%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 30%	Entre 5,0% e 7,0%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a controladora da Companhia estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo.
2. Os bancos A1 deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Pandemia COVID-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do COVID 19 encontram-se apresentados na nota 1.1.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é 105% da energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Em 07 de abril de 2020, a Aneel ampliou de 15% para 30%, em todos os processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, o limite referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras, visando facilitar as reduções contratuais, face ao cenário causado pela pandemia de Covid-19.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre do Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia e com vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no período findo em 31 de março de 2020.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”.

Em 31 de março de 2020, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais informações na nota explicativa nº 17.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Total do passivo	18.964.978	19.649.855
Caixa e equivalentes de caixa	(292.589)	(234.346)
Títulos e valores mobiliários	(858.177)	(109.960)
Passivo líquido	17.814.212	19.305.549
Total do patrimônio líquido	4.904.797	4.708.208
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	3,63	4,12

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019, a Companhia considerou no seu custo de construção encargos financeiros no montante de R\$16.247 e R\$10.615, respectivamente. Essas operações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2020

Em abril de 2020, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2020), com período de adesão de 04 a 22 de maio de 2020, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço na empresa igual ou superior a 25 anos, a completar até 31 de dezembro de 2020. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais, 50% do valor do aviso prévio, depósito da multa correspondente a 20% do valor base do FGTS, prêmio adicional de 50% do aviso prévio e do valor equivalente à multa de 20% do FGTS, e demais encargos previstos na legislação.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicados de outra forma)

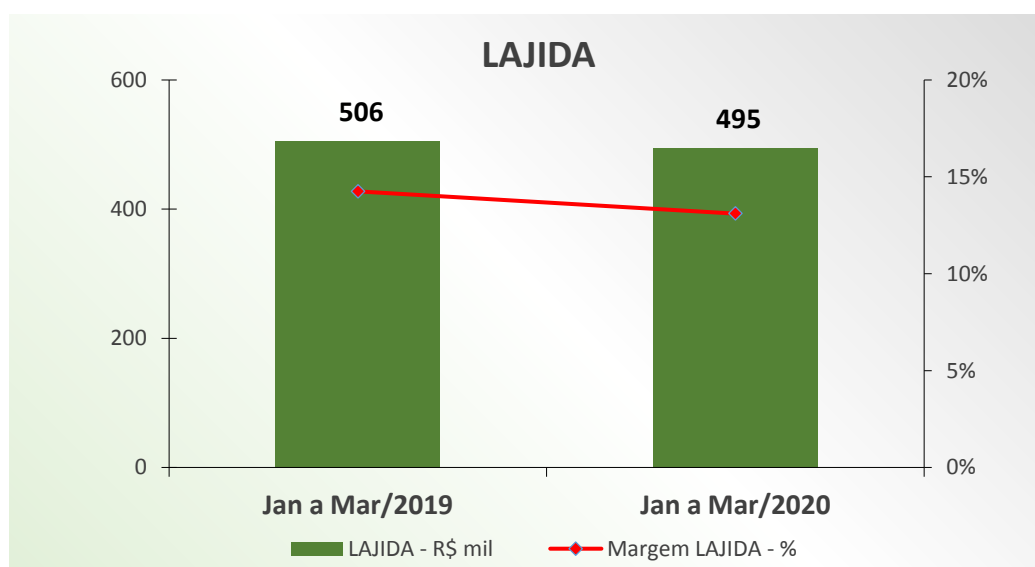
Lucro líquido do período

A Cemig Distribuição apresentou, no período de janeiro a março de 2020, lucro líquido de R\$196.589 em comparação ao lucro líquido de R\$188.354 no mesmo período de 2019. As principais variações na comparação dos resultados dos primeiros três meses de 2020 e 2019 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou uma redução de 2,21% nos primeiros três meses de 2020 em comparação ao mesmo período de 2019:

LAJIDA - R\$ mil	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Var %
Lucro líquido do período	196.589	188.354	4,37
Despesa de IR e contribuição social	100.629	100.999	(0,37)
Resultado financeiro líquido	34.416	54.574	(36,94)
Amortização	163.082	161.965	0,69
= LAJIDA	494.716	505.892	(2,21)



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no período de janeiro a março de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019, decorre do crescimento de 7,82%, nos custos operacionais parcialmente compensado pelo aumento na receita líquida de 6,39%.

Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 14,25% no período de janeiro a março de 2019 para 13,10% no mesmo período de 2020.

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.895.060 no período de janeiro a março de 2020, em comparação a R\$4.889.692 no mesmo período de 2019. Os principais impactos na receita, no período de janeiro a março de 2020, decorrem dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73%, aplicável a partir de 28 de maio de 2019 (efeito integral em 2020);
- redução de 4,22% no volume de energia vendida para consumidores finais.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo:

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh*		
	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2019	Var %
Residencial	2.785.000	2.743.798	1,50
Industrial	472.440	640.656	(26,26)
Comércio, serviços e outros	1.323.647	1.360.143	(2,68)
Rural	771.566	860.119	(10,30)
Poder público	217.006	223.700	(2,99)
Iluminação pública	339.494	351.964	(3,54)
Serviço público	335.474	339.111	(1,07)
Total	6.244.627	6.519.491	(4,22)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

As principais variações que justificam a redução de 4,22% na quantidade de energia vendida para o consumidor final são:

- redução de 2,68% da classe de comércio e serviços em função da migração de consumidores do mercado cativo para o mercado livre de energia, do calendário de faturamento de clientes do segmento de baixa tensão ter sido menor do que o calendário do ano de 2019 e da menor média de temperaturas verificada nos primeiros três meses de 2020 comparada à média do mesmo período de 2019, o que contribuiu para uma menor utilização de aparelhos de ar-condicionado de ar;
- redução de 10,30% da classe rural em função, principalmente, do recadastramento de 15.309 unidades consumidoras em atendimento à Resolução nº 800/2017 da Aneel, somado à redução do consumo ligado à irrigação e à agropecuária, devido ao maior volume de chuvas no período de janeiro a março de 2020, comparado ao mesmo período de 2019;
- redução de 26,26% da classe industrial, devido à reclassificação de 58,4% dos consumidores desta classe para outras, além da migração de consumidores industriais para o mercado livre;

- aumento de 1,50% da classe residencial, principalmente, pela incorporação de novas unidades consumidoras.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a março de 2020, essa receita correspondeu ao montante de R\$730.219, comparada a R\$636.237 no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de 14,77%. Esta variação decorre, principalmente, do reajuste tarifário anual da Companhia, aplicável a partir de 28 de maio de 2019 (efeito integral em 2020), com impacto de aproximadamente 17,28% para os clientes livres.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético (CDE) e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

No período de janeiro a março de 2020 foi reconhecida uma despesa no montante de R\$54.602, em comparação ao reconhecimento de receita no montante de R\$120.350 no mesmo período de 2019. Essa variação deve-se, principalmente, em função do valor homologado de CVA e demais componentes financeiros no reajuste do ciclo tarifário anual de 2019 ter sido superior aos valores efetivamente despendidos pela Companhia, o que gerou um passivo financeiro para a Companhia a ser repassado aos consumidores no próximo reajuste tarifário anual. Os menores valores efetivamente despendidos pela Companhia justificam-se pelos menores custos com energia no primeiro trimestre de 2020, com uma redução do PLD médio aliada a uma posição credora assumida pela Companhia na CCEE, em relação ao mesmo período de 2019.

Ver mais informações na nota explicativa nº 11 das informações contábeis intermediárias.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$248.407 de janeiro a março de 2020, comparados a R\$160.201 no mesmo período de 2019. Tal aumento deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia. Os investimentos mais representativos no período foram em ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo os investimentos em ativos da rede de média e baixa tensão e de subtransmissão os que consumiram mais recursos.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.465.761 de janeiro a março de 2020, comparados a R\$2.557.899 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 3,60%, decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$552.139 no período de janeiro a março de 2020, comparados a R\$600.569 no mesmo período de 2019. Tal redução é justificada pelo fim da conta do Ambiente de Contratação Regulado (ACR) em agosto de 2019.

A conta ACR foi criada pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.221/2014, regulamentado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 612/2014, com o objetivo de cobrir, total ou parcialmente, as despesas das distribuidoras de energia elétrica pela exposição involuntária no mercado de curto prazo ("MCP") e pelo despacho de usinas termelétricas vinculadas aos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARs) por disponibilidade.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Os encargos foram de R\$59.583 no período de janeiro a março de 2020 em comparação a R\$11.156 no mesmo período de 2019, um aumento de 434,09%.

Esta variação decorre do acionamento da bandeira amarela nos meses de dezembro de 2019 (com impacto no faturamento de janeiro de 2020) e janeiro de 2020, tendo sido acionada a bandeira verde apenas em fevereiro de 2020 (impacto no faturamento de março de 2020). Comparativamente, no mesmo período de 2019, foi acionada apenas a bandeira verde, o que justifica o aumento percebido em 2020. Apesar do bom regime hidrológico no final de 2019 e início de 2020, a bandeira amarela operou nos meses mencionados devido ao intenso período seco que antecedeu as chuvas, o que demandou maior tempo para recuperação dos reservatórios das barragens.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$3.445.745 no período de janeiro a março de 2020, comparados a R\$3.206.495 no mesmo período de 2019, representando um aumento de 7,46%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 23 das informações contábeis intermediárias.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$215.679 no período de janeiro a março de 2020 comparados a R\$247.659 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 12,91%. Tal redução justifica-se, principalmente, pela diminuição das despesas com o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019) e a consequente diminuição da folha de pagamento, uma vez que a Companhia teve uma redução de 6,53% no número médio de empregados, sendo 4.205 no primeiro trimestre de 2020 em comparação a 4.499 no mesmo período de 2019.

Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$16.401 no período de janeiro a março de 2020 comparada a R\$46.261 no mesmo período de 2019. Tal variação decorre de mudanças aprovadas, no final de 2019, em acordo específico para a participação nos lucros e resultados (PLR 2020) da Cemig, controladora da Cemig D. O novo desenho da PLR 2020 envolve metas arrojadas que não estão, necessariamente, vinculadas ao resultado performado pela empresa.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.919.179 no período de janeiro a março de 2020, comparada a R\$1.828.301 no mesmo período de 2019, um aumento de 4,97%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 28,41% nas despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo R\$427.812 no período de janeiro a março de 2020 comparadas a R\$333.156 no mesmo período de 2019, justificado, principalmente, pelo aumento de 22% do dólar médio nos períodos comparados (R\$4,63 de janeiro a março de 2020 e R\$3,80 no mesmo período de 2019) e pelo aumento no preço em dólar da energia em KW, sendo US\$28,41/KW de janeiro a março de 2020 comparado com US\$27,71/KW no mesmo período de 2019;
- aumento de 13,69% nas despesas com energia adquirida em leilão, sendo de R\$827.471 no período de janeiro a março de 2020 comparado a R\$727.831 no mesmo período de 2019. Esse aumento decorre do incremento de aproximadamente 11% no volume de energia adquirida, somado ao reajuste dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARs) realizados no momento do reajuste tarifário da distribuidora;
- aumento de 11,91% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física, que foram R\$200.234 no período de janeiro a março de 2020, comparados a R\$178.931 no mesmo período de 2019. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 5,76% no preço médio de MWh (R\$107,88 no período de janeiro a março de 2020 e R\$102,00 no mesmo período de 2019) somado a um aumento de 2% no montante de energia entregue no período;
- redução de 54,71% nas despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$221.689 no período de janeiro a março de 2020 comparado a R\$489.525 no mesmo período de 2019. O resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Esta redução decorre, principalmente, da redução de 34,98% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$188,61/MWh no período de janeiro a março de 2020 comparado a R\$290,08/MWh para o mesmo período de 2019, aliada à posição credora assumida pela Companhia no primeiro trimestre de 2020, contrapondo às posições deficitárias assumidas no mesmo período de 2019, em razão, principalmente, da variação da carga de energia, que nos meses de 2019 foi superior em 3,6% relativamente ao mesmo período de 2020.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Mais informações na nota explicativa nº 23b das informações contábeis intermediárias.

Encargos de uso da rede básica de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$372.581 no período de janeiro a março de 2020, comparados a R\$338.942 no mesmo período de 2019.

O aumento da despesa com Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão de janeiro a março de 2020 comparado ao período de janeiro a março de 2019 deve-se, principalmente, ao aumento da Tarifa de Uso de Transmissão da Rede Básica (TUST-RB) aplicável à carga e à Tarifa de Uso de Transmissão da Rede Básica de Fronteira (TUST-FR) aplicável às distribuidoras, que cresceram em média 8,93% e 17%, respectivamente, após o reajuste do ciclo 2019-2020, homologado pela Resolução Homologatória (REH) nº 2562/2019. O aumento das TUSTs decorre do efeito da entrada de instalações RBL/RBNI em operação comercial ao longo do ciclo 2018-2019 e da inflação do período, somado a variações pouco expressivas no Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) do segmento carga junto à Rede Básica.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$125.748 de janeiro a março de 2020, comparadas a R\$59.136 no mesmo período de 2019, representando um aumento de 112,64%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- a variação das provisões para contingências tributárias, que apresentou constituição líquida de R\$7.431 no período de janeiro a março de 2020, em comparação à reversão de R\$178 no mesmo período de 2019. Esta variação decorre, principalmente, do reconhecimento, no 3º trimestre de 2019, de provisão relativa a processos administrativos e judiciais instaurados contra a Companhia, no montante de R\$763.728, nos quais se discute a incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de participações nos lucros e resultados (PLR) sem a pactuação prévia das metas de indicadores de produtividade. Mais detalhes na nota explicativa nº 20 das informações contábeis intermediárias;

- a variação das provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$6.480 no período de janeiro a março de 2020, em comparação a uma reversão de R\$4.178 no mesmo período de 2019. Esta variação decorre, principalmente, de novas ações e reavaliação da probabilidade de perda de ações existentes, devido, sobretudo, a recentes decisões desfavoráveis à Companhia. Adicionalmente, foi realizado o reconhecimento da diferença de aplicação do índice de correção monetária, de TR para IPCA-E, para as ações trabalhistas onde se discutem dívidas entre o período de 25/03/2015 a 10/11/2017, que estão em fase de execução avançada e com probabilidade de perda provável, devido à decisão recente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) para aplicação da decisão do Tribunal Superior do Trabalho pelo IPCA-E. Mais informações na nota explicativa nº 20 das informações contábeis intermediárias;
- a variação das provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R\$15.539 no período de janeiro a março de 2020, em comparação a uma reversão de R\$2.052 no mesmo período de 2019. Esta variação decorre, principalmente, do provisionamento de processos relativos à responsabilidade civil, os quais discutem o pagamento de indenizações por danos morais, materiais e estéticos devido a acidentes que envolveram a rede elétrica operada pela Companhia;
- as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), por sua vez, apresentaram um aumento de 53,48%, sendo de R\$96.145 no período de janeiro a março de 2020 em comparação a R\$62.642 no mesmo período de 2019. O que justifica este aumento é a inadimplência do Governo do Estado de Minas Gerais, no montante aproximado de R\$10 milhões por mês, e a diminuição, no primeiro trimestre de 2020, do número de cortes de energia elétrica, em função do significativo volume de chuvas no período, o que aumentou a base para o cálculo de inadimplência.

Considerando que os efeitos da crise causada pela Covid-19 sobre a inadimplência da Companhia ainda são prematuros e que há muita incerteza quanto aos seus potenciais desdobramentos, bem como incertezas quanto à eficácia das medidas da Companhia para reforçar a atuação no combate à inadimplência, a Companhia entende que ainda será necessário aguardar os desdobramentos das medidas de curto prazo dos governos federal, estadual e do órgão regulador nos cenários econômico e financeiro, bem como no comportamento da arrecadação da Companhia, o que permitirá a simulação de cenários e consequente revisão das suas premissas para cálculo da PECLD. Desta forma, a Companhia entende que as premissas atuais representam a melhor estimativa possível, no momento, para a provisão para PECLD, para o período findo em 31 de março de 2020.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no período de janeiro a março de 2020 foi uma despesa financeira líquida de R\$34.416 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$54.574 no mesmo período de 2019. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 11,39% nas receitas com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$90.026 de janeiro a março de 2020 comparados a R\$80.820 no mesmo período de 2019. Esta variação deve-se, basicamente, ao crescimento da inadimplência no primeiro trimestre de 2020, ao reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73%, aplicável desde 28 de maio de 2019 (efeito integral em 2020) e à reclassificação de consumidores da classe rural, em atendimento à Resolução nº 800/2017 da Aneel, atualmente suspensa, o que contribuiu para a perda de isenções tributárias na tarifa de energia e aumentou os gastos com energia para estes consumidores;
- redução de 35,51% nas rendas de aplicações financeiras, sendo R\$7.645 no período de janeiro a março 2020 comparados a R\$11.854 no mesmo período de 2019. Esta variação decorre, principalmente, da queda na taxa de juros Selic, o que determinou a queda na taxa de depósitos interfinanceiros (DI), afetando a rentabilidade das aplicações financeiras. Na comparação do primeiro trimestre de 2020 com o mesmo período de 2019 houve uma queda de 42,97% na taxa média DI, conforme dados abertos da central de custódia e liquidação financeira de títulos (Cetip);
- redução de 50,01% na despesa de encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo de R\$49.607 no período de janeiro a março de 2020, comparada a R\$99.224 no mesmo período de 2019. Esta variação decorre, principalmente, da atuação da Companhia, no contexto de gestão do endividamento, em que reduziu o custo do capital de terceiros por meio da 7ª emissão de debêntures, em julho de 2019.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 das informações contábeis intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, no período de janeiro a março de 2020, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$100.629 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$297.218. No período de janeiro a março de 2019, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$100.999 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$289.353

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8c das informações contábeis intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretoria Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretoria Cemig Distribuição

Rafael Falcão Noda
Diretoria Cemigpar

Paulo Mota Henriques
Diretoria sem denominação

Eduardo Soares
Diretoria de Regulação e Jurídica

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira
e Participações
Contadora - CRC-MG 77.839

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 15 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0